



GT 56. Memória e território: saberes e resistência em assentamentos rurais.

Coordenador(es):

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Sueli Pereira Castro (PPGAS)

Patrimônio cultural e território são termos complementares que expressam etnicidade, memória, relações de produção e práticas simbólicas, caracterizando diferentes formas de apropriação e uso da terra. Muitos desses grupos sociais que hoje discutem um projeto político no qual possam se colocar, restabelecem a unidade grupal perante o enfrentamento com a sociedade, revelando novas formas de sociabilidade a partir de uma situação de conflito. Nesta perspectiva, os assentamentos rurais na atualidade brasileira representam a construção de “novos territórios”, de espaços de apropriação, ou seja, a reterritorialização de famílias, envolvidas em perdas e conquistas de espaços de vida camponesa. Como estratégia de desenvolvimento rural, os assentamentos têm na agroecologia a sua lógica de produção, opondo-se ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio. Ao produzirem uma agricultura com base na preservação dos territórios, esta forma resgata a importância de um modo de vida camponês. Resgate este que possibilita novas formas produtivas, pautadas por projetos participativos de produção e circulação de produtos, contribuindo para enfrentar a destruição do meio ambiente e a exclusão social, duas consequências desastrosas e despolitizadoras agrárias pautadas pelo neoliberalismo. A criação desses espaços de trabalhos coletivos e solidários, tem integrado ao processo produtivo: homens, mulheres e jovens na perspectiva de combater a vulnerabilidade das populações do campo.

Saberes, práticas e conhecimentos tradicionais camponeses: um estudo sobre o reassentamento de famílias rurais atingidas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Brasil

Autoria: Verena Sevá Nogueira (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Grandes obras públicas como construções de barragens, rodovias e mais recentemente, as obras da transposição do rio São Francisco na região Nordeste brasileira, afetam diretamente, e nem sempre favoravelmente, as populações que vivem no seu entorno. Neste work dedicamo-nos à investigação de processos de reassentamento de populações camponesas decorrentes das obras de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. Entre os anos de 2009 e 2011, duzentas e vinte e sete famílias rurais do município de São José de Piranhas, na Paraíba, foram desapropriadas de suas casas de morada e/ou terras e, posteriormente, reassentadas numas das 4 vilas produtivas rurais construídas no município, pelo então Ministério da Integração Nacional. Ao mudarem-se para as vilas, em 2016, as famílias depararam-se com um novo espaço físico, caracterizado por uma nova paisagem, uma nova estética arquitetônica e por novas regras de organização territorial e laboral impostas pelo projeto governamental de reassentamento. A partir de um estudo de cunho etnográfico realizado com famílias reassentadas na vila produtiva rural Cacaré, em São José de Piranhas, observamos o delineamento de novas configurações sócio territoriais, distintas das anteriormente existentes nos Sítios camponeses (WOORTMANN, E. 1982) onde viviam as famílias até serem desapropriadas. Trata-se de um novo contexto sócio espacial onde essas famílias vêm se reterritorializando (HAESBAERT, 2004), em grande medida, a partir do acionamento e reelaboração de práticas tradicionais camponesas. Práticas que envolvem conhecimento sobre preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, construções de casas e formas de sociabilidade entre vizinhos, aparentados ou não. Nesse cenário propomos refletir sobre o papel dos saberes, das práticas e dos



conhecimentos tradicionais nos processos de territorialização e resistência experienciados por famílias camponesas reassentadas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: